

## VI Congresso Nacional do Proinfância

Debates do dia 2 de maio de 2019

A primeira mesa do dia reuniu os promotores Mirella Bauzys, do Ministério Público do Estado de São Paulo, e Marcus Aurélio de Freitas, do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, para discorrerem sobre o tema “O papel do Ministério Público na indução de políticas públicas: articulação e protagonismo”. De acordo com Marcus, os cidadãos têm a expectativa de que as políticas públicas sejam realmente implementadas e o papel do Ministério Público é garantir que isso aconteça. “Existe um paradoxo entre a teoria e o que acontece na prática. Estruturas viciadas geram políticas públicas inadequadas e o próprio Supremo Tribunal Federal já decidiu que o Ministério Público deve exercer este controle. Por isso, precisamos mudar, de maneira prática, o paradigma de demandistas para nos tornarmos, efetivamente, resolutivos com relação a esta questão”, afirmou o promotor potiguar.

Na sequência, o auditor do Tribunal de Contas do Município (TCM-RJ) em atuação no LOPP/MPRJ, Leonardo de Souza Conceição palestrou sobre “a fiscalização do orçamento público como garantia da implementação das políticas públicas da infância e juventude”. O auditor ressaltou a importância da descentralização do entendimento do direito financeiro, que hoje está concentrado nos tribunais de contas. “Trazer esse ensinamento para os servidores tende a agregar e somar conhecimento produtivo uma vez que o orçamento é meio para a execução das políticas públicas fiscalizadas pelo Ministério Público”, disse Leonardo.

A última mesa do dia divulgou projetos exitosos trazidos por quatro promotores de diferentes estados. O promotor Sasha Alves do Amaral, do Ministério Público do Rio Grande do Norte, discorreu sobre a fomentação da criação de um grupo de apoio à adoção em Mossoró. O projeto Uniforça, direcionado para o engajamento de crianças e adolescentes de casas de acolhimento na educação, foi apresentado pelas promotoras Mariana Bazzo e Danielle Cristine Cavali Tuoto, ambas do Ministério Público do Paraná. Por fim, o promotor Moacir Silva do Nascimento Júnior, do MP da Bahia, finalizou a mesa exibindo o projeto “Repressão de notícias violadoras do direito fundamental ao respeito”, que tem como objetivo promover a segurança da imagem da criança e do adolescente na internet.